

**TÍTULO EM PORTUGUÊS**

**Consumo agroecológico: desafios e potenciais em uma experiência de associação de consumidores.**

Autoria principal do Trabalho: João Carlos CÂNDIDO[[1]](#footnote-2)

Coautorias: Rosângela Pezza CINTRÃO[[2]](#footnote-3), Emmanuel Paiva ANDRADE[[3]](#footnote-4)

**GT 9 - Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.**

**RESUMO**

Este estudo tem como objetivo refletir sobre os desafios dos movimentos de consumidores agroecológicos na condução das transformações do sistema alimentar rumo à transição agroecológica. Sua base empírica é a observação participante na Rede Ecológica, um grupo de compras coletivas da região metropolitana do Rio de Janeiro. O grupo se organiza a partir de princípios agroecológicos e de economia solidária e participa de redes alimentares alternativas. Procuramos analisar em que medida esses grupos de compras coletivas apontam para potenciais transformações ecológicas, sanitárias, socioeconômicas, culturais, sociopolíticas e emancipatórias. Pretendemos também confrontar esta experiência com a teoria e os estudos acumulados sobre redes alimentares alternativas e transições agroecológicas. Apontamos para a necessidade de aprofundar os marcos teóricos e metodológicos para a análise desses arranjos de consumo, suas potencialidades e limites.

Palavras-chave: Redes Alimentares Alternativas, Economia solidária, Educação alimentar, Coletivo de consumidores

**INTRODUÇÃO**

O papel dos consumidores urbanos para uma “transição ecológica da agricultura” vem sendo destacado como chave na expansão da agroecologia tanto na sua viabilidade como forma de produção de alimentos, quanto no potencial da agroecologia como um movimento social mais amplo e emancipatório (KHATOUNIAN,2001). A maior parte da reflexão teórica que vem sendo produzida em torno da agroecologia parte da práxis de grupos de agricultores, em sua grande maioria de famílias camponesas, e de técnicos e pesquisadores em torno de manejos biotécnicos que permitam uma utilização sustentável e equilibrada dos recursos locais. Embora venha crescendo o olhar para as práticas diferenciadas de consumo da produção agroecológica, em especial pelos consumidores urbanos, estes estudos, em sua maioria, articulam estas práticas com as estratégias de comercialização e escoamento da produção agroecológica e, consequentemente, da sua viabilidade econômica. No entanto, a importância da organização no pólo consumo vem crescendo nos estudos da agroecologia, seja como experiências seja como reflexão teórica e metodológica, ampliando o olhar sobre estas formas de organização dos consumidores para além da função de comercialização e escoamento.

O estudo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que visa investigar os processos de conexões e controvérsias entre os diferentes atores humanos e não humanos que permitam aprofundar metodologias apropriadas para o entendimento dessas organizações emergentes, assim como identificar sua potência e limites. Este trabalho foca as estratégias dos consumidores urbanos, para além da função de comercialização da produção agroecológica, mas também como uma prática social criadora de novas formas de se relacionar com a alimentação e com os diferentes atores do universo agroecológico, como as famílias agricultoras e seus coletivos. Parte-se da premissa de que essas estratégias são desenvolvidas a partir de vários fluxos de influência mútua entre os atores. Se, por um lado, o aumento da procura por alimentos livres de agrotóxicos, a partir de um conceito associado à saúde, tende a gerar um incentivo à transição ecológica da produção, por outro, induz a novas práticas de organização social das famílias agricultoras e sua proximidade com consumidores urbanos, produzindo uma reconexão desses consumidores com o universo da produção, como a diversidade de alimentos, a reconexão com a sazonalidade, a descolonização da alimentação, além do maior conhecimento dos grandes dilemas da vida camponesa, como a concentração da propriedade da terra, as precariedades da infraestrutura, os limites aos acessos aos serviços públicos, etc.

A discussão teórica em torno da transformação da forma de consumo de alimentos e as pressões que surgem envolvendo questões de saúde e ambientais, geradas pelo modelo denominado de “revolução verde” a partir dos meados do século XX, tende a colocar um olhar mais ampliado sobre esse processo. Os arranjos e avanços do capitalismo sobre a produção de alimentos foram caracterizados por Friedmann (2006), como regimes alimentares mundiais no processo de “colonização” do capital sobre a produção e consumo de alimentos. Cabe destacar, para a nossa finalidade, o regime alimentar que emerge no pós-guerra e que a autora define como um regime “industrial-mercantil” o qual, por meio de um processo de incentivo às exportações e “doações” de alimentos desarticulou as produções locais, inclusive na Europa, que tinha, até aquele momento baixa dependência de exportações. Esse regime entrou em crise nos anos 1970 e 80, trazendo uma série de transformações no processo de consumo de alimentos. O hábito alimentar, especialmente dos consumidores urbanos, foram fortemente afetados por esse movimento, seja por uma uniformização das dietas e redução drástica da diversidade de alimentos, seja pela desterritorialização entre o consumo e a produção, o que também afastou o consumidor da experiência da sazonalidade, ampliando ainda mais o fosso entre o urbano e o rural, especialmente no Brasil, onde o processo de urbanização foi violenta e veloz durante o século XX.

A transição ecológica da agricultura passa então por uma reeducação alimentar, reconectando os consumidores urbanos com a regionalidade e sazonalidade dos alimentos, além da reconexão cultural da forma de se alimentar (KHATOUNIAN, 2001). O colapso desse regime alimentar internacional industrial-mercantil, que já vem sendo apontado desde os anos 70 a partir das contestações dos movimentos sociais e ecológicos (FRIEDMANN, 2006), trazem consequências na insegurança alimentar em grande parte da população mundial além do incremento de doenças originárias de uma dieta de baixa qualidade, na exploração insustentável de recursos naturais e uma brutal perda de biodiversidade e finalmente na incremento das emissões de gases de efeito estufa onde a atividade agrícola responde por 23% delas no mundo (NIGGLI e colab., 2023).

As transformações nesse campo estão em disputa e os movimentos sociais exercem um papel relevante na produção de alternativas. A agroecologia, entendida como uma combinação de elementos que “abrangem características ecológicas (diversidade, sinergias, eficiência, resiliência e reciclagem), características sociais (co-criação e compartilhamento de conhecimento, valores humanos e sociais, cultura e tradições alimentares) e a viabilização de ambientes políticos e econômicos (governança responsável, economia circular e solidária)” (NIGGLI e colab., 2023), se apresenta como uma saída para o colapso do sistema alimentar e suas consequências em várias dimensões no sentido da criação de regimes alimentares diversos e regionais, em contraposição a uma tentativa das corporações em constituir um novo regime alimentar internacional verde (Friedmann, 2006). Para tanto, seu movimento deve abranger a produção de políticas públicas dentro de uma governança que promovam a diversidade de soluções que se fundamentam na agroecologia.

Entre as respostas dos movimentos agroecológicos e de consumidores estão aquelas denominadas pela literatura de redes alimentares alternativas (AFN’s – Alternative Food Networks), onde diferentes arranjos que privilegiam circuitos curtos entre produtores e consumidores, não apenas fisicamente, mas também em termos de informação e conexão entre esses polos. Esses diferentes modelos vêm sendo questionados em relação à sua capacidade de transformações mais estruturais no modelo hegemônico. Para tanto seria necessário, por parte dos movimentos sociais, “diferentes estratégias para tornar os cidadãos mais ativos, como a construção de formas alternativas de compra e troca; investimento em educação do consumidor; campanhas de conscientização e lobby político” (DAROLT e colab., 2016). Além das alternativas de feiras do produtor, entrega de cestas, consumidores suportando agricultores (CSA), existem as alternativas de grupos de compras coletivas, organizados pelos consumidores em associações ou cooperativas de consumo buscando uma forma ativa e política no ato de consumir e se alimentar (CARNEIRO, 2012).

Estas diferentes estratégias de consumidores se relacionam diretamente com as estratégias das famílias agricultoras em uma transição para a agroecologia. As estratégias do campo, por sua vez, têm sido objeto de estudos onde se destacam três dimensões, a dimensão tecnológica, com avanços em novas práticas produtivas, a socioeconômica e cultural em torno de organizações solidárias e fundamentadas no compartilhamento de conhecimentos, e a dimensão sociopolítica com a perspectiva da emancipação social (GUZMÁN, 2017). Pode se pensar em uma espécie de espelhamento dessas dimensões no que diz respeito ao consumo: a dimensão nutricional, de saúde e de preservação ambiental, a dimensão sociocultural das formas de organização, compartilhamento de conhecimentos e recuperação de uma cultura culinária tradicional e, por fim uma dimensão de política de uma aliança estratégica com os trabalhadores do campo

O artigo busca problematizar esse tema a partir da observação participante em um grupo de compras coletivas do Rio de Janeiro, no qual alguns dos autores são membros, confrontando com a discussão teórica que vem sendo realizada em torno da agroecologia e apontando necessidades de aprofundamento teórico e metodológico para o estudo dessas iniciativas.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

O estudo parte de uma revisão bibliográfica não exaustiva de artigos que tratam dos movimentos dos consumidores e suas perspectivas teóricas e metodológicas e do estudo de caso da Rede Ecológica do Rio de Janeiro, a partir da observação participante em alguns eventos chave da organização da rede e nas reuniões das suas comissões, instâncias de discussão e deliberação. Entre os eventos destacam-se as “acolhidas”, encontros com novos pretendentes a membros da rede, etapa obrigatória para a adesão do associado. Nestes eventos, além da apresentação dos princípios e funcionamento da Rede, também se explora as motivações dos novos membros. A observação desses encontros em vários núcleos da rede foi analisada, buscando identificar os principais elementos de conexão. Além desse evento central, a pesquisa utilizou a observação de reuniões de diversas comissões que integram a estrutura organizacional da Rede, como a “comissão gestora”, a “comissão de coordenação da campanha campo-favela”, e a “comissão de crédito solidário”, onde dimensões tanto do funcionamento da Rede são discutidas como seus desdobramentos como movimento social mais amplo.

As observações foram analisadas a partir de um processo de codificação e categorização das falas, cotejando-as com a literatura examinada e permitindo agrupar uma quantidade maior de dados e verificar as diversas formas que o tema aparece.

Resultados e Discussão

A Rede Ecológica do Rio de Janeiro (Rede) se identifica como “mais do que um grupo de compras coletivas de produtos agroecológicos”, atividade que está no centro das suas ações, e se denomina como um “movimento social que busca fomentar o consumo ético, solidário e ecológico” (HTTP://REDEECOLOGICARIO.ORG, [S.d.]). Os consumidores associados, em torno de 180 famílias, se organizam em torno de núcleos autônomos que se articulam nos bairros. Na configuração atual funcionam 10 núcleos de consumidores na região metropolitana do Rio de Janeiro. São eles: Urca, Humaitá, Santa Tereza, Grajaú, Vargem Grande, Campo Grande, Niterói, Duque de Caxias, São João do Meriti e Nova Iguaçu. Um dos objetivos das compras coletivas Rede Ecológica é abastecer ao máximo os consumidores com alimentos provindos das compras, que se dividem entre as entregas semanais de produtos “frescos” (perecíveis) - referentes a legumes, frutas, tubérculos, laticínios - oriundos de locais próximos à cidade do Rio de Janeiro. E uma vez por mês há também a entrega de secos (não perecíveis), que abrangem um amplo leque de produtos (arroz, feijões, farinhas, castanhas, café, açúcar, grãos, produtos de limpeza). Os produtos são originários de mais de 30 produtores/grupos de produtores. Por outro lado, a conexão com as famílias agricultoras e produtoras se faz a partir de alguns princípios. Dentre esses princípios estão a produção familiar de pequenos proprietários, com prioridade para aqueles organizados em coletivos de produção, especialmente aqueles oriundos de assentamentos da reforma agrária popular, que produzam de forma agroecológica ou em transição para esse processo de produção. A Rede define também como prioridade a busca de produtores o mais próximos possível, tendo em vista reduzir a pegada ambiental. No entanto, vários produtos vêm de lugares distantes, como do Sul (algumas farinhas e grãos), Norte e Nordeste (castanhas, cacau).

Toda a gestão da sua atividade, como a comunicação entre consumidores e produtores, a logística, a movimentação financeira etc., se dá por meio da autogestão através das atividades realizadas pelos próprios associados. A participação nessas atividades organizativas é uma premissa obrigatória na integração à rede.

Durante as observações participantes foi possível mapear as diferentes motivações para a associação dos consumidores à Rede a partir das reuniões de acolhida. Os principais temas se agruparam em torno dos códigos “alimento saudável”, “relação justa com produtor”, “redução da pegada ecológica” e “antagonismo ao sistema industrial de alimentos”. A menção a temas de atividades políticas, embora ressaltada pelos participantes mais antigos, foram destacados por novos associados apenas em um dos núcleos - o Núcleo de Campo Grande, onde a atividade de compras coletivas está associada à feira de produtores e à uma luta em torno dos territórios da cidade, buscando preservar os agricultores existentes na área urbana. Neste núcleo, a atividade política, ou seja o caráter de movimento social da Rede Ecológica, antecede o interesse pela aquisição de alimento: “A gente não vem aqui só para pegar o nosso pedido e ir embora. O propósito de ter escolhido a feira para montar o núcleo é porque a gente quer que as pessoas que querem comer limpo, saudável e puro, se integre com o movimento dos agricultores e agricultoras. As pessoas passam a se envolver com as atividades e movimentos em torno da agricultura urbana”; “Para a gente do núcleo de Campo Grande não faz sentido fazer parte da Rede sem se envolver com o movimento social”.

Dado a forma nuclear e autônoma da organização do coletivo, os núcleos apresentam características bastante diferentes, a forma de comunicação e “animação” do núcleo cria uma dinâmica própria que envolve uma ênfase dentro de um espectro entre a compra coletiva (de produtos limpos, puro e a custo de produtor) até um engajamento maior nos movimentos sociais e atividades políticas em defesa da agricultura urbana, reforma agrária, segurança alimentar passando pelas questões sociais da organização e culturais em torno da alimentação. Foi possível observar então a presença de todo o espectro da agroecologia apontado como fundamental para um movimento social e político mais amplo (DAROLT e colab., 2016), embora com diferenças de intensidade entre os participantes e, especialmente entre os núcleos. Essa observação indica ainda que, a proximidade com os produtores e suas causas, ampliam o espectro de motivações das conexões dos novos associados.

Da mesma forma, a observação participativa das comissões de autogestão da Rede podemos também observar um espectro de temas e preocupações desde os temas tidos como operacionais, que abrange as atividades de funcionamento das compras coletivas e sua logística dos pedidos e distribuições dos produtos e finanças, seguida de questões de apoio aos produtores nas suas demandas desde campanhas de investimentos em equipamentos até apoios políticos nas suas demandas locais, e, por fim em menor intensidade, temas de ação política e interface com movimentos sociais. Percebe-se uma contínua tensão entre esses três eixos, disputando as agendas dos membros da rede, o operacional, questões sociais e culturais e as questões políticas. Dados que a operação das compras coletivas atende a uma demanda concreta no cotidiano das pessoas, acaba por absorver boa parte das energias e atenção da organização. Há um debate contínuo, nessas instâncias, sobre o nível de participação e engajamento dos consumidores associados, seja na autogestão da organização, seja no compartilhamento sócio cultural e nos engajamentos nas ações solidárias e políticas. A controvérsia se dá, por um lado, pela necessidade de se manter um volume de consumidores associados que viabilize o escoamento dos produtos com relevância para os produtores e, por outro a exigência do engajamento na autogestão e no engajamento social e político. Essa controvérsia aponta o desafio de transformar uma ação cotidiana de alimentar-se com alimentos saudáveis, convertendo em estratégia de transformação social e ecológica mais ampla, revela ainda algumas das possibilidades e limites desse modelo de organização. As práticas da "economia solidária" como o trabalho coletivo e a autogestão na Rede, parece exercer um papel central, tanto na adesão de novos membros quanto na gestão, entre a necessidade de consumo e as questões sócio culturais e políticos envolvidos no consumo agroecológico. Esta característica pode apontar um diferencial do grupo de compras coletivas, com esse tipo de organização, em relação às demais estratégias das redes alimentares alternativas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)**

Foi possível perceber que o modelo de compras coletivas associadas a autogestão e com uma visão de movimento social que a Rede Ecológica se propõe perpassa as várias dimensões apontadas pelos estudos sobre as redes alimentares alternativas (AFN’s), no sentido de mobilizar seus membros, embora com intensidade diferente, para as dimensões de alimento saudável, princípios da economia solidária na sua organização, cultura alimentar e intervenção política. Essa gama de pretensão da Rede a torna uma organização de maior complexidade e com vários dilemas e tensões entre esses polos. Se correlacionarmos com outros modelos de AFN’s como feira do produtor, distribuição de cestas, compras na propriedade e CSA’s (consumidores suportando agricultores) os grupos de compra coletiva, quando associado a uma organização autogestionária, com princípios da economia solidária, apontam para uma maior probabilidade de produzir um movimento de consumidores com potencial emancipatório na sua relação com os movimentos das famílias agricultoras. O estudo nos aponta também a necessidade de se ampliar um arcabouço teórico e metodológico para os movimentos de consumidores em torno da agroecologia, assim como tem sido elaborado para os movimentos sociais. A importância dos acúmulos de conhecimento gerados nesses grupos se faz fundamental para se contrapor à uma captura do consumo agroecológico pela lógica mercantil e das corporações capitalistas. Esse é um campo que está em disputa na emergência de um novo regime alimentar internacional, que, ao fim e ao cabo, se deve contrapor com múltiplos regimes alimentares regionais e locais.

**REFERÊNCIAS**

CARNEIRO, Camila Batista Marins. COMPRAS COLETIVAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DA REDE ECOLÓGICA (RJ). 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DAROLT, MOACIR ROBERTO e colab. ALTERNATIVE FOOD NETWORKS AND NEW PRODUCER-CONSUMER RELATIONS IN FRANCE AND IN BRAZIL. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, p. 1–22, Jun 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1414-753X2016000200002&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 20 jun 2023.

FRIEDMANN, Harriet. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. Research in Rural Sociology and Development. [S.l.]: JAI Press., 2006

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. n2, p. 14–30, 2017. Acesso em: 20 jun 2023.

HTTP://REDEECOLOGICARIO.ORG. Rede Ecológica Rio.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. A reconstrução ecológica da agricultura. [S.l.]: Agroecológica, 2001.

NIGGLI, Urs e SONNEVELT, Martijn e KUMMER, Susanne. Pathways to Advance Agroecology for a Successful Transformation to Sustainable Food Systems. Science and Innovations for Food Systems Transformation. [S.l.]: Springer International Publishing, 2023. p. 341–359.

1. Doutorando - Universidade Federal Fluminense, joaocarloscandido@id.uff.br . [↑](#footnote-ref-2)
2. Pesquisadora Autônoma, associada ao CERESAN-UFRRJ, bibicintrao@uol.com.br. [↑](#footnote-ref-3)
3. Professor - Universidade Federal Fluminense, emmanueluff@gmail.com [↑](#footnote-ref-4)